



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY
 PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



VEREADOR VIDAL
REQUERIMENTO Nº061/2015

Excelentíssimo Senhor. Presidente

DD.: Luciano de Oliveira Vidal

APROVADO
 Por 05 votos a favor,
 - votos contra
 e - abstenção(ões).
 Paraty, 29/06/15

Assunto: SOLICITA CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY, EM DATA E HORÁRIO A SEREM AGENDADOS, PARA TRATAR DAS QUESTÕES AMBIENTAIS CONFLITANTES NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAL NO AMBITO DO ICMBio, AMIS ESPECIFICAMENTE, ESEC-TAMOIOS, PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA E APA CAIRUÇU, OBJETIVANDO DIRIMIR AS QUESTÕES CONFLITANTES E PROMOVER OS MELHORES AJUSTES E ADEQUAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, CONCILIANDO O ECO SISTEMA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO NO MUNICÍPIO DE PARATY.

Requeiro ao Presidente desta Casa Legislativa, ouvido o Plenário na forma regimental com base no Artigo 167, Parágrafo 3, Inciso X e em conformidade com os Artigos 11 e 14 da Lei Orgânica de Paraty e baseado nas Leis nº 8.159 de 08/01/1991 e nº 11.1111 de 05/05/2005 da Política Nacional de Arquivo e o Artigo 5º. da Constituição Federal, que seja oficiado o Gabinete da Presidência da República, Exma. Sra. Presidente Dilma Vana Roussef, a Ministra do Meio Ambiente, Exma. Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, o Ministro Chefe da Casa Civil, Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, o Ministério Público Federal - Procuradoria da República - Núcleo Angra dos Reis, Exma. Sra. Procuradora Monique Checker de Souza, a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Exmo. Sr. Marfan Martins Vieira, **Secretaria de Estado de Ambiente, Ilmo. Sr. André Corrês, o M.M. Sr. Juiz da Comarca de Paraty, Exmo. Sr. Willian Satoshi Yamakawa, ao Promotor de Justiça da Comarca de Paraty, Exmo. Sr. Vinicius Ribeiro à Presidência do Instituto Estadual do Ambiente, Ilmo. Sr. Marco Aurélio Porto, ao Chefe da Reserva Ecológica da Juatinga - REJ, Ilmo. Sr. Rodrigo Rocha Barros, Área de Proteção Ambiental de Cairuçu - APA CAIRUÇU, Ilmo. Sr. Eliel de Souza, o INEA - Instituto Estadual do Ambiente, Ilmo. Sr. Júlio César Avelar, o Parque Nacional da Serra da Bocaina - PARNA Bocaina, Ilmo. Sr. Francisco Livino, a Estação Ecológica de Tamoios, Ilmo. Sr. Regis Pinto, Presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, Ilmo. Sr. Roberto Ricardo Vizentin, o Coordenador Regional do ICMBio no Rio de Janeiro - CR8, Ilmo. Sr. Luis Felipe de Luca Souza, a Prefeitura Municipal de Paraty, Exmo. Sr. Carlos José Gama Miranda, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ilmo. Sr. Gibraill Rameck Júnior, a Secretaria Municipal de Turismo, Ilmo. Wladimir Santander, com cópia para o Ministério das Cidades, Exmo. Sr. Gilberto Kassab, o Ministério do Turismo, Exmo. Sr. Henrique Eduardo Alves, o Secretário de Estado de Turismo, Ilmo. Sr. Nilo Sérgio Félix, a Comissão Permanente de Ambiente da Câmara Federal, o Senado Federal, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão de Turismo do Senado Federal, a Câmara Federal, solicitando convocação de Audiência Pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Paraty, com data e hora a serem agendadas para tratar das questões conflitantes das Unidades de Conservação Federal no âmbito da ESEC-Tamoios, Parque Nacional da Serra da Bocaina - PARNA-BOCAINA e APA Cairuçu, objetivando dirimir as questões conflitantes e promover melhores ajustes e adequações que se fizerem necessárias, conciliando o eco sistema e o desenvolvimento local integrado no Município de Paraty, para tratar dos seguintes assuntos:**

Luciano de Oliveira Vidal
 Vereador
 29/06/15



Câmara Municipal
PARATY

Ata de 29/06/15

Por 05 votos a favor,
 - votos contra
 e 0 abstenção(ões).
 Paraty, 29/06/15

1- ESEC TAMOIOS:

- a- Conflito com a pesca artesanal;
- b- Termo de ajuste do TAC dos pescadores, em tramitação no ICMBio desde 2009;
- c- Conflito com o turismo (comércio), conflito com o mergulho (turismo), e
- d- Conflito do Plano de Segurança das Usinas Nucleares no raio de 15 quilômetros, que deverá cumprir sua finalidade desde a sua proposta de criação.

2- PARNA BOCAINA:

- a- Conflito da linha demarcatória na Comunidade de Trindade entre o limite do Parque com a área de ocupação da comunidade;
- b- Conflito no licenciamento da Estação de Tratamento de Esgoto da Trindade – ETE que se encontra com suas obras embargadas pelo ICMBio por conta do conflito na demarcação correta da linha do Parque;
- c- Conflito da linha demarcatória do limite do Parque com pontos notáveis além do sistema cartográfico;
- d- Conflito de legalização fundiária, desburocratização e indenização;

3- APA CAIRUÇU:

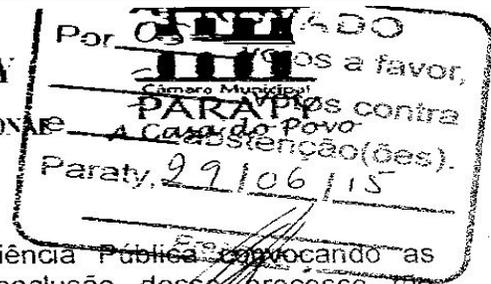
- a- Procedimento interminável de revisão do Plano de Manejo que se discute sem nunca finalizar desde 2010;
- b- Procedimento interminável do decreto da criação da APA Cairuçu que está em desacordo com o Plano de Manejo causando várias inconsistências com as legislações de uso sustentável e em desacordo com o SNUC;
- c- Plano de Manejo muito restritivo para uma Unidade de Proteção Integral, e
- d- Descumprimento da finalidade da área de Proteção Ambiental em desacordo com a SNUC que nunca foi resolvido onde se impera os maiores conflitos da Unidade, como por exemplo a ZUC – Zona de Unidade de Conservação.

Requer a busca de equação e entendimento entre as autoridades locais, autoridades estadual e autoridades federal com toda a municipalidade em busca de soluções exequíveis para dirimir os conflitos dessas Unidades existentes em nosso Município.

Esta solicitação nada mais é do que o ponto de partida para que possamos ter uma evolução nas ações em que trará estruturação de uma equipe técnica conjunta entre os quatro entes federados a nível municipal, estadual e federal, responsável por gerenciar e analisar as situações conflitantes, tanto em relação aos impactos ambientais como da própria ocupação desordenada e formulação de propostas essenciais para o desenvolvimento turístico e demais atividades econômicas em todo o Município de Paraty.

Luciano de Oliveira Vidal
 Vereador

25/06/15



Por tais razões é que se faz necessária esta Audiência Pública convocando as autoridades competentes, objetivando buscar solução e conclusão desse processo tão importante para a municipalidade colocando em prática todo o sistema de ordenamento em nosso Município.

JUSTIFICATIVAS:

Justifica-se o presente Requerimento pelo fato de apesar das respostas encaminhadas pelos órgãos gestores do ICMBio a esta Casa Legislativa, até o presente momento não vislumbramos nenhuma solução concreta em referência aos problemas supra citados.

Outra questão preocupante referente ao cuidado que todos os chefes do Poder Executivo deveriam ter ao criarem esses Decretos não procurando consultar a população para terem ideia dos seus desejos e verdadeiras necessidades como foram criados até o presente momento.

Exponho isso por que sou um militante da área, informando que tive a oportunidade de chefiar um cargo no Governo Federal na Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado do Rio de Janeiro onde tive a oportunidade de viajar por todo o Estado do Rio e conhecer de perto esses problemas nos diversos Municípios onde a mesma atitude vem sendo tomada pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual através de seus órgãos ambientais que são extremistas e conservacionistas em demasia.

Justifica-se também por que o referido Termo de Compromisso teria que ser firmado nos primeiros meses de 2013, porém até o presente momento não temos conhecimento se a minuta do referido Termo de Compromisso já foi analisada pelo setor jurídico do Instituto Chico Mendes e assinada pelo Presidente do ICM Bio e subsequentemente assinada pelos envolvidos nesse processo.

Justifica-se ainda pelos diversos problemas de ingerência e falta de alinhamento e sobreposição de ordem jurídica e administrativa entre as unidades de conservação onde o Município de Paraty vem enfrentando nos últimos anos dificuldades administrativas para sua governabilidade, o que vem causando em nossa população em especial aos moradores que residem (boa parte do nosso povo caiçara) dentro destas Unidades de Conservação, e ainda pescadores, trabalhadores da área do turismo que estariam sendo prejudicados com o fechamento de comércios, restrição de áreas pesqueiras, falta de consenso e busca de solução para estas questões existentes.

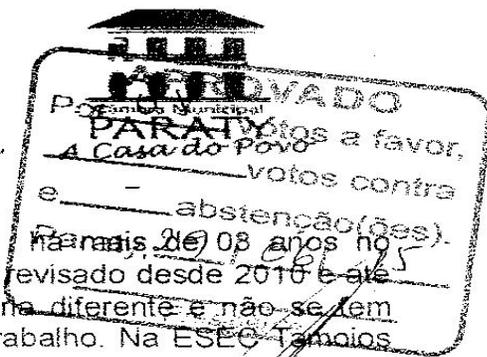
Quando o governo municipal e a sociedade em geral se organizam em busca de uma saída para melhorar a gestão de uso, ocupação e ordenamento destas Unidades, encontramos muitas barreiras e dificuldades provocadas pelos seus gestores que procuram a todo tempo retardar todo processo evolutivo dessas evidências que são colocadas no dia a dia em seus conselhos gestores. O que estamos também observando é que seus gestores, além de ficar confundindo o município para ganhar tempo negando certas informações e promover ações isoladas e negativas que vão a desconformidade de seus conselheiros, promovendo ações isoladas no âmbito interno de seus administradores para criar certas dificuldades como é o caso por exemplo do retardamento de revisão do Plano de Manejo e alteração do Decreto Federal Nº 89.242/1983, e a morosidade que estes processos vem sofrendo para se ter uma idéia para dar um parecer no processo de

Luciano de Oliveira Vidal
Vereador

29/06/15



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



alteração do Decreto Federal Nº 89.242/1983, o mesmo está ICMBIO – Sede em Brasília. O Plano de Manejo já era para ser agora não conseguimos concluir porque cada ora é uma história diferente e não se tem clareza consolidada de um cronograma para conclusão deste trabalho. Na ESECO Tamboios os pescadores moradores caiçaras mais antigos desta região foram afugentados e expulsos sendo proibidos de pescarem nessas áreas sem sequer serem ouvidos. Sua representatividade através da Colonia de Pescadores Z-18 e da AMAPAR - Associação de Maricultores de Paraty, juntamente com a Secretaria Municipal de Pesca vem lutando desde 2008 para consolidação de um Termo de Compromisso para autorizar estes pescadores artesanais a pescarem nesta região e depois de muita luta e cobrança este termo seguiu para a Sede do ICMBIO e ao buscarmos informações ficamos sabendo que estão querendo mais uma vez retardar o processo e enrolar os pescadores. Em relação ao PARNA-BOCAINA, pressentimos que esta Unidade de Conservação vem pressionando a população no entorno e até mesmo alguma parte inseridas dentro desta Unidade anterior a sua criação, criando dificuldades e promovendo uma série de autos de infrações, fechamento de comércios e outros embargos no sentido de colocar cada cidadão proprietário e/ou ocupantes dessas áreas em situação conflituosa para expulsá-los sem indenizá-los sob certas acusações que chegam a ser nojentas e grotescas onde vimos vários laudos dos técnicos do PARNA acusando pessoas de introduzir espécies exóticas dentro do PARNA como: banana, laranja, mandioca, cana de açúcar e etc, coisa absurda pois esses moradores desde os primórdios habitam essas áreas. Enfim, seus gestores não estão usando de bom senso e realidade pois essas pessoas habitavam esse Parque desde sua criação promovendo o terror nessas pessoas, pois se alguém chegou a invadir estas Unidades de Conservação a responsabilidade é do próprio governo que criou estas grandes áreas e tanto no passado quanto no presente seus gestores NÃO tem condições de administrá-los, pois existe um deficit de quase tudo como: pessoal, equipamentos, apoio de recursos financeiros para administrar estas áreas e quando o Município tenta realizar algo de beneficio nesses locais para sua população, encontra enormes problemas de gestão e ordenamento onde cada um faz o seu regulamento e desrespeitam o sentido das normas vigentes.

Justifica-se ainda pela falta de controle e aplicabilidade dos princípios da Lei Federal Nº 9985/2000 desde a sua existência onde atualmente centenas de brasileiros que não são nativos, porém já enraizados, se tornando "gente da gente", onde constituindo família através de casamento com os caiçaras, tiveram seus filhos aqui, possuem bens imóveis, miscigenaram boa parte da população local e ramificaram. Pergunto: Como fica a situação desses BRASILEIROS?

Informo que várias tentativas foram feitas para dirimir todas essas questões de aprovação de TACs, revisão do Plano de Manejo, alteração de decretos, conforme documentos em anexo, onde todas essas tentativas foram e estão sendo frustrantes, em especial a última tentativa do ex presidente do ICMBio, Sr. Ricardo Vizentim com os parlamentares da região e com esta municipalidade que também se encontra em trâmite e apesar dos esforços não houve uma definição concreta.

Justifica-se também porque este Poder Legislativo, cansado de ouvir reclamações a cada ano que passa, propõe ações de regulamentação, legislação e discussão com a população através de reuniões com todos os interessados e público-alvo que não conseguem avançar nestas discussões e não conseguem concluir esses trabalhos para darem uma resposta para sociedade, onde deveremos apresentar na oportunidade o interesse dessa municipalidade nessas áreas existentes.

Luciano de Oliveira Vitor
Vereador



Sala das Sessões, em 29 de junho de 2015.

Autor:

Luciano de Oliveira Vidal
Vereador Vidal
PMDB

Luciano de Oliveira Vidal
Vereador

APROVADO
Por 05 votos a favor,
- votos contra
e - abstenção(ões).
Paraty, 29/06/15

Presidente

25/06/15
✓



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY
 PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



e de acordo:

Ruan Mineiro Marcelino
 Vereador Ruan – PT do B

Ruan Mineiro Marcelino

Ferando Pedro Louro
 Vereador Dr. Fernando - PV

Luiz Cláudio Alcântara da Costa
 Vereador Lulu – PSDC

Luiz Cláudio Alcântara da Costa
 Celso Luiz Vieira Coelho
 Vereador Teófilo Legal – PMDB

Benedito Crispim Alcântara
 Vereador Picó – PT

Benedito Crispim Alcântara
 Valceni da Silva Teixeira
 Vereador Sanica – PMN

Valceni da Silva Teixeira
 José Benedito de Oliveira
 Vereador Ze do Chico – PT

Deilimar Barros da Silva
 Vereador Deilimar - PMDB

APROVADO
 Por 05 votos a favor,
 _____ votos contra
 e _____ abstenção(ões).
 Paraty, 29/06/15

 Presidente